

2. ENTREVISTA

2.1 Joseph Capone

English Version

1ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Em linhas gerais, qual é a estrutura do Ministério Público nos Estados Unidos?

JOSEPH CAPONE: §1º Existem duas estruturas separadas: o Departamento de Justiça principal sediado em Washington, e, por todo o país, existem os escritórios dos Promotores Federais que são denominados US Attorneys.

§2º Nos Estados Unidos, existem 93 distritos judiciais federais distintos e cada distrito tem o seu próprio Promotor Federal. Essa pessoa é o Promotor Federal mais importante no distrito, mas tem jurisdição somente nele. O Departamento de Justiça em Washington tem jurisdição em todo o país. Há também Promotores Federais Especializados em Washington, por exemplo: eu agora trabalho na seção de fraude, então, minha especialidade é em fraude cooperativa e fraude em seguros. Há outros Promotores em Washington especializados em impostos, crimes ambientais, crime organizado, lavagem de dinheiro, etc. e há o grupo de Promotores da Sede do Departamento de Justiça que atuam em casos com jurisdições em todo o país.

2ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Há algum tipo de hierarquia entre os Promotores Estaduais (District Attorneys) e Federais (US Attorneys)?

JOSEPH CAPONE: §1º Não, eles são separados. Por exemplo, eu era um Promotor Federal em Louisiana. Louisiana tem três distritos federais, Louisiana do Leste, Louisiana Central e Louisiana do Oeste. Em todo o Estado de Louisiana deve haver dezenas de condados e cada um tem seu próprio Promotor de Justiça Estadual eleito. Então, por exemplo, o Promotor Estadual do condado de Nova Orleans atua em crimes estaduais que ocorrem no condado. Eles atuam principalmente em casos que envolvam assassinatos, seqüestros, roubos, furtos, furtos de veículos, crimes tradicionais de rua. Eles podem também, ocasionalmente, atuar em crimes que podem também ser federais, como por exemplo, o tráfico de drogas. Nosso Congresso Nacional transformou o tráfico de drogas em crime federal, mas, normalmente, o governo federal ficaria responsável pelos crimes de maior repercussão, casos que envolvam tráfico internacional que ultrapassa as fronteiras de jurisdições, enquanto os Promotores estaduais ficam com os casos de tipo tráfico local de narcóticos.

§2º Portanto, há uma tendência à cooperação entre o Promotor Federal e o Estadual, que frequentemente se consultam em alguns casos. Por exemplo, às vezes pode ser mais vantajoso denunciar um crime tradicionalmente estadual em corte federal porque as penas são mais altas e

1ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: In general terms, what is the structure of the US Attorney Office?

JOSEPH CAPONE: §1º There are two separate structures. There is the main Department of Justice based in Washington and around the country there are Federal Prosecutor Offices, they are called United States Attorneys.

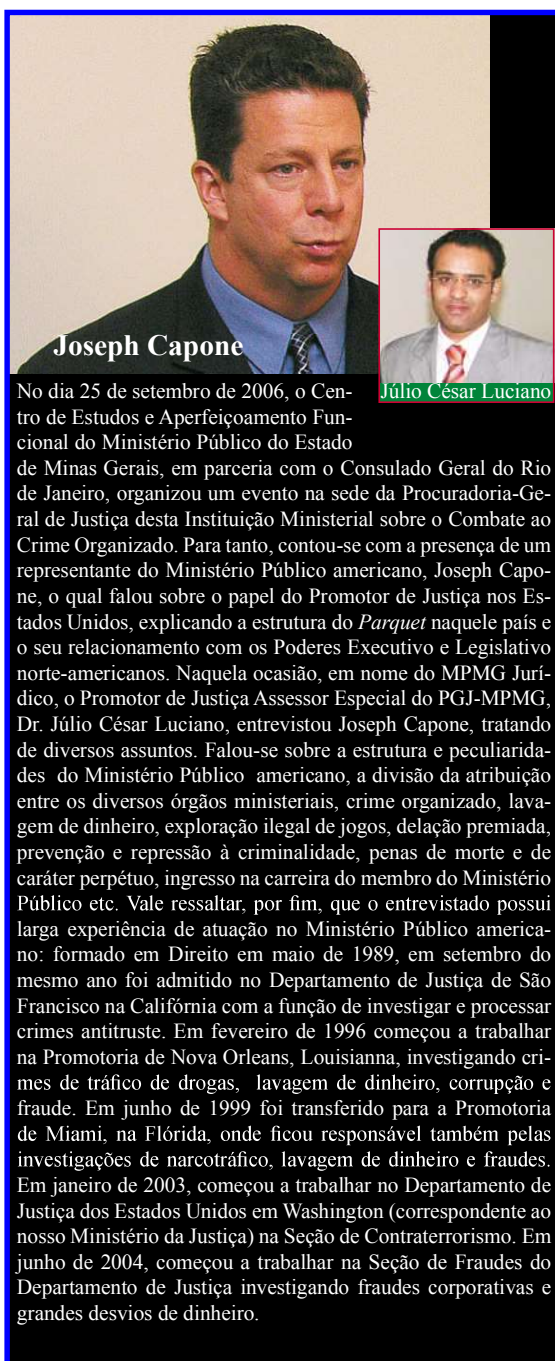
§2º So, in the US territory there are 93 separate federal judicial districts and each district has its own US Attorney. That person is the top Federal Prosecutor in that district, but they have jurisdiction only in the district. And the Department of Justice in Washington has jurisdiction throughout the whole country. There are also Specialty Prosecutors in Washington. For example, I'm now working in fraud section, so my specialty is cooperate fraud, securities fraud. There are other Attorneys in Washington that specialized in tax, environmental crime, organized crime or racketeering, money laundry and so forth, and the group of Headquarters Department of Justice Prosecutors who go out and prosecute cases across jurisdictions, throughout the country.

2ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Is there any kind of hierarchy between the District Attorneys and the Federal Prosecutors?

JOSEPH CAPONE: §1º No, they are separate. For example, I was a Federal Prosecutor in Louisiana. Louisiana has three federal districts: Eastern Louisiana, Middle Louisiana and Western Louisiana. Throughout the State of Louisiana there may be dozens of parishes. Each parish will have its own elected State Prosecutor. So, for example, the District Attorney in New Orleans parish prosecutes state crimes that occur in New Orleans parish. They are responsible primarily for murders, kidnappings, robberies, theft, vehicles theft, traditional street crimes. They also occasionally prosecute crimes that could also be federal crimes, for example, drug trafficking. Our Congress has made drug trafficking a federal crime, but

normally, the federal government would prosecute larger cases, cases that involve international trafficking or cases that involve trafficking across State lines. Whereas the District Attorney, the state Prosecutor would prosecute more local-type narcotic trafficking.

§2º So, there tends to be a cooperative basis between the Federal Prosecutor and the State Prosecutor and they often would consult



No dia 25 de setembro de 2006, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em parceria com o Consulado Geral do Rio de Janeiro, organizou um evento na sede da Procuradoria-Geral de Justiça desta Instituição Ministerial sobre o Combate ao Crime Organizado. Para tanto, contou-se com a presença de um representante do Ministério Público americano, Joseph Capone, o qual falou sobre o papel do Promotor de Justiça nos Estados Unidos, explicando a estrutura da *Parquet* naquele país e o seu relacionamento com os Poderes Executivo e Legislativo norte-americanos. Naquela ocasião, em nome do MPMG Jurídico, o Promotor de Justiça Assessor Especial do PGJ-MPMG, Dr. Júlio César Luciano, entrevistou Joseph Capone, tratando de diversos assuntos. Falou-se sobre a estrutura e peculiaridades do Ministério Público americano, a divisão da atribuição entre os diversos órgãos ministeriais, crime organizado, lavagem de dinheiro, exploração ilegal de jogos, delação premiada, prevenção e repressão à criminalidade, penas de morte e de caráter perpétuo, ingresso na carreira do membro do Ministério Público etc. Vale ressaltar, por fim, que o entrevistado possui larga experiência de atuação no Ministério Público americano: formado em Direito em maio de 1989, em setembro do mesmo ano foi admitido no Departamento de Justiça de São Francisco na Califórnia com a função de investigar e processar crimes antitruste. Em fevereiro de 1996 começou a trabalhar na Promotoria de Nova Orleans, Louisiana, investigando crimes de tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, corrupção e fraude. Em junho de 1999 foi transferido para a Promotoria de Miami, na Flórida, onde ficou responsável também pelas investigações de narcotráfico, lavagem de dinheiro e fraudes. Em janeiro de 2003, começou a trabalhar no Departamento de Justiça dos Estados Unidos em Washington (correspondente ao nosso Ministério da Justiça) na Seção de Contraterrorismo. Em junho de 2004, começou a trabalhar na Seção de Fraudes do Departamento de Justiça investigando fraudes corporativas e grandes desvios de dinheiro.

a lei pode ser mais favorável ao Ministério Público. Vemos também esse tipo de consulta entre o Promotor Estadual e o Federal.

3ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: No caso de haver um crime cuja jurisdição pode ser considerada mista, por exemplo, um homicídio e tráfico de drogas, a qual jurisdição pertenceria, federal ou estadual? Os Promotores Federais podem avocar um homicídio que originalmente seria atuação do Promotor Estadual?

JOSEPH CAPONE: §1º Eu posso dar um exemplo de gangues atuando na área de Washington DC (capital americana). Por exemplo, a Mara Salvatrucha, que é uma gangue salvadorenha que está agora se espalhando por todo o país. Essa gangue comete crimes tradicionalmente locais, roubos, agressões e assassinatos. Mas, recentemente, em Washington DC, os Promotores Estaduais começaram a processar esses indivíduos como gangues. Eles começaram a usar leis federais contra atividades típicas de gangues e a denunciar grupos de pessoas.

§2º Portanto, quando esses crimes cometidos pelas gangues se agravam e saem da jurisdição de um Estado, como, por exemplo, de Washington DC para Maryland, Virgínia, então, os Promotores Estaduais consultam os Federais e avocam para si as leis federais, de forma que eles comecem a denunciar esses grupos como se fossem conspirações. As leis federais de combate à conspiração e ao crime organizado são frequentemente ferramentas mais eficientes para denunciar esses grupos.

4ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: “Crime organizado” é um conceito muito controverso nos Estados Unidos, não havendo uma perfeita harmonia entre a doutrina e a jurisprudência e diplomas legais. Quais são as diferenças entre crime organizado e outros tipos de crime?

JOSEPH CAPONE: §1º Pela minha experiência como Promotor isso parece muito mais óbvio para mim do que, talvez, para os Promotores de Justiça no Brasil.

§2º O crime organizado tradicional é representado pela máfia, que possuía estrutura muito bem definida e contava com capitães e tenentes. As pessoas se reportavam diretamente a outras dentro da organização, ela era muito formal. Eles possuíam muitas regras sobre como as pessoas eram tratadas dentro da organização. Aquele é um exemplo perfeito de crime organizado e é por isso que nosso Congresso desenvolveu a Lei RICO. A RICO (Organizações Corruptas e Influenciadas pelo Crime Organizado) era primariamente direcionada para organizações tipicamente mafiosas, mas, agora, vemos organizações como a Mara Salvatrucha, que não têm uma estrutura tão rígida.

§3º Com as leis criminais americanas, pode-se denunciar qualquer grupo de pessoas que estejam agindo juntas, uma vez que atividade criminal organizada é muito ampla. Olhamos características tais como pessoas se reportando a outras dentro da organização, pessoas assassinando testemunhas em nome da organização, pessoas na organização que estejam roubando e pagando uma porção do dinheiro a outros membros, indícios de atividade organizada e não de uma pessoa sozinha cometendo roubos ou assassinatos. Tenho consciência de que certos tipos de traficantes de drogas fornecem informações a outros dentro de uma organização, corrompem crianças, matam testemunhas em favor da organização, roubam e dão parte do dinheiro para os outros membros da organização. Esses são indícios de ações de crime organizado diferentemente de uma pessoa sozinha cometer um roubo ou um assassinato. Certos tipos de ações do tráfico de drogas e assassinatos são considerados atos praticados pelo crime organizado como os da gangue que atua em Washington, onde temos testemunhas mortas como parte das ações desse grupo e a ordem de eliminar a testemunha pode ter vindo de alguém hierarquicamente mais poderoso dentro da organização. Tudo isso são fatos que nós vemos como atividades de gangues que levam os investigadores a concluir que é realmente um tipo mais formal de organização.

5ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: No Brasil, houve uma tipificação de crimes por meio de decreto. Não há tal coisa nos EUA.

JOSEPH CAPONE: §1º Se se tenta de fato identificar um grupo por lei, criam-se limitações. Nos EUA, a Lei RICO, por exemplo, não tenta tipificar nenhum grupo específico e lista fatores para se procurar, o que a torna mais flexível. Pode-se aplicar essa lei criminal para gangues muito formais e para gangues muito menos formais.

in certain cases. For example, some times it may be advantageous to prosecute a traditional state crime in federal court because the penalties are higher, because the law may be more favorable. You see that kind of consultation also between the State Prosecutor and the Federal Prosecutor.

3ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: In case there is a crime whose jurisdiction could be considered a mixed one, for example, a homicide and drug dealing, which jurisdiction would it be, a state crime or a federal one? Can the Federal Prosecutors bring to themselves the homicide that would originally be from the State Prosecutor?

JOSEPH CAPONE: §1º I can give you an example of gangs operating in the Washington DC area, for example, Mara Salvatrucha. It is a Salvadorean gang now spreading across the US. They commit traditionally local crimes, robberies, murders, assaults, but, recently in Washington DC, the United States Attorneys have begun to prosecute these individuals as gangs. They have begun to use federal laws against gang-type activity to prosecute groups of people.

§2º So it seems as though when the gang problem starts to get worse and worse, and they begin to cross State lines, for example, from Washington DC to Maryland, Virginia, then, the State Prosecutors will sometimes consult with the Federal Prosecutors and ask them to bring the federal law to them, and so, they will start prosecuting these groups as conspiracies. So, federal conspiracy law and federal organized crime laws are often better tools to prosecute those groups.

4ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: ‘Organized crime’ is a very controversial concept in the US and there is not harmony amongst doctrine and jurisprudence and laws. In your opinion, what are the differences between organized crime and other crime types?

JOSEPH CAPONE: §1º From my background as a Prosecutor it seems more obvious to me than, perhaps, to Prosecutors in Brazil.

§2º The traditional organized crime is the mafia. And it had a very well defined structure with captains and lieutenants, people reported directly to other people in the organization, it was very formal. They had a lot of rules about how people were treated within the organization. That is the perfect example of organized crime, I think, and that is why our Congress developed our RICO statute. RICO stands for Racketeer Influenced and Corrupt Organizations. It was primarily aimed at the mafia-type organizations. But now, we see looser organizations like Mara Salvatrucha, for example, which is not so rigid in structure.

§3º I think that with the criminal statutes that we have one can prosecute any group of people who are acting in concert, since the organized criminal activity is broad enough. So, you would look for characteristics such as people reporting to other people within the organization, people murdering witnesses on behalf of the organization, people in the organization who are robbing and paying a portion of the money that they steal to other members, indicia of organized activity rather than a lone person committing a lone robbery or a lone murder. I am aware of certain types of drug trafficking activity and murders which are considered to be part of organized crime activities such as the group Mara Salvatrucha. We have had witnesses killed as part of this gang activity and the order to kill witnesses may be given by someone higher up in the organization. These are all facts that we see in gang-type activity that leads investigators to conclude that this is really a more formal type of organization.

5ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: In Brazil, the types of crimes were listed in a decree. So, we can understand that in the US there is not such a thing.

JOSEPH CAPONE: §1º If you try to hard to name a group in a statute, then you create limitations. In the US, our RICO statute, for example does not try to identify any specific groups and lists factors to look for, so it makes the statute flexible. You can apply this criminal law to very formal gangs and much less formal gangs.

6ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Quais os principais delitos relacionados à criminalidade organizada nos Estados Unidos?

JOSEPH CAPONE: §1º O delito mais comum é o tráfico de drogas, mas, se pensarmos na forma com que os casos da máfia eram estruturados, temos a extorsão, corrupção de políticos, corrupção de policiais, assassinatos, roubos organizados para obter dinheiro para manter as atividades da organização.

§2º Portanto, há uma gama de crimes e, ao olharmos a Lei RICO, vemos que a lista de crimes que podem ser denunciados com a sua ajuda é muito grande. Pode haver muitos tipos de crimes, o que é outro aspecto da lei que a torna flexível, de forma que se possa aplicá-la a diferentes tipos de grupos.

7ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Há um forte movimento para legalizar o jogo e os cassinos no Brasil. Entretanto, sabe-se que cassinos podem ser usados para lavar dinheiro. Como os EUA tentam impedir que o crime organizado se valha de cassinos para lavar dinheiro?

JOSEPH CAPONE: §1º Nós temos muitas leis que foram criadas para iluminar as transações financeiras. Por exemplo, bancos devem procurar atividades suspeitas em suas instituições e, se eles suspeitarem de alguma transação, devem seguir o chamado “relatório de atividade suspeita”, alertando o governo.

§2º Temos também Agências Federais de Aplicação da Lei, que ativamente procuram transações financeiras suspeitas. Por exemplo, o FBI identifica bancos caribenhos que possam ser susceptíveis à corrupção através de lavagem de dinheiro, podendo desenvolver operações com agentes disfarçados, na tentativa de eliminar operações de lavagem de dinheiro por banqueiros caribenhos.

§3º Há, portanto, uma multiplicidade de coisas diferentes: regulação investigatória da indústria bancária, investigação ativa do FBI e outras agências governamentais tentando encontrar essas transações. Essas ações tentam deter o cometimento de ações futuras ou tentam eliminá-las tão logo aconteçam, mas, não acredito que haja maneira de se eliminar totalmente o crime organizado. Onde quer que haja possibilidade de se ganhar muito dinheiro, haverá criminosos para tentar consegui-lo.

8ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Qual é o papel do Ministério Público americano no combate ao crime organizado?

JOSEPH CAPONE: §1º Frequentemente investigamos muito de perto juntamente com agências de investigação como o FBI. No nosso sistema federal, é comum um trabalho de investigação conjunta com uma agência de inteligência do princípio até o fim do caso. Como Promotor, eu apresento os casos na corte para o Juiz, mas também tenho envolvimento na investigação desde o princípio para auxiliar os agentes que realmente conduzem a investigação.

§2º Portanto, Nosso papel não é o de meramente apresentar denúncias, mas também o de auxiliar na investigação. Esse papel pode ser um pouco diferente daquele que você encontrará na Procuradoria-Geral de Justiça estadual. Dependendo do tipo de conduta criminal, o Promotor de Justiça Estadual poderá ser menos envolvido na investigação do caso.

9ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: O Direito americano privilegia a figura da delação premiada com o acusado, no qual o Ministério Público obtém informações a respeito da prática delitiva em relação aos co-réus, em troca de benefícios penais. Tal sistema vem sendo criticado pelo excesso do órgão acusador em obter essa espécie de acordo, que muitas vezes pressiona o acusado e a defesa. Como é fiscalizado e coibido tal comportamento?

JOSEPH CAPONE: §1º Primeiramente eu gostaria de dizer que, quando você fala de críticas, eu não sei exatamente o que você quer dizer. Ocasionalmente ouve-se sobre acordos de delação premiada entre o governo e o réu. Isso pode parecer muito favorável ao público, mas eles podem não entender todos os detalhes que ocorreram durante a negociação daquele acordo. Portanto, eu acho que, acima de tudo, há menos críticas a respeito do processo do que vocês entendem haver. Agora, basicamente, sem esse processo de delação premiada, seria muito difícil cumprir o nosso dever.

§2º Há vários tipos de delação premiada, ela é um contrato e você pode

6ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Which are the main organized crimes in the US?

JOSEPH CAPONE: §1º Most commonly drugs, but, if you think back to the way the mafia cases were structured, you had extortion, bribing politicians, bribing police officers, murders, organized robberies to obtain money to fund the organization activities.

§2º So there is a range of crimes and if you were to look at our RICO statute, you would see that the list of crimes that can be prosecuted under RICO would be very long. There can be many types of crimes, which is another aspect of that law that makes it flexible, so that you can apply it to different types of groups.

7ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: There is a strong movement to make gambling and casinos legal in Brazil today. However, we know that casinos can be used to laundry money. What is being done in the US to prevent money laundry via casinos?

JOSEPH CAPONE: §1º We have a lot of laws that are designed to illuminate financial transactions. For example, banks are supposed to look for suspicious activity in their institutions. And if they observe suspicious financial transactions, they would follow what is called the ‘suspicious activity report’ alerting the government about certain suspicious activities.

§2º We also have federal Law Enforcement Agencies that actively look for suspicious financial transactions. For example, the FBI will identify Caribbean banks that may be susceptible to corruption through money laundering and may develop under cover operations trying to rule out and stop operations of money laundry by Caribbean bankers, for example.

§3º So, it’s multiple different things: investigatory regulation of the banking industry, it is active investigation by the FBI and other government agencies, trying to find it. Again, this is essentially trying to deter from being committed in the future or trying to catch it when it does happen, but I do not think that there is any way that anyone could completely stop it. Wherever there is a lot of money to be made, criminals will come in and try to make money.

8ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: What is the role of the Attorney General Office in the fight against organized crime in the US?

JOSEPH CAPONE: §1º We often investigate very closely with investigatory agencies like the FBI. In our federal system, it is common that we, together with the agency, are investigating a work very closely together from the beginning of the investigation all the way through to the end. So, as a Prosecutor, I present a case at the court to a judge, but I also often get involved very early in the investigation to assist the agents who are actually conducting the investigation.

§2º So our role, I think is not only to prosecute but also help to investigate. That may be a little different from what you find in a State Prosecutor office. Depending on the type of criminal conduct, a State Prosecutor may be less involved in the investigation of the case.

9ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: The American Law privileges the institute of the plea agreement with the defendant, in which the Prosecutor obtains information about the criminal practice in relation to co-defendants, in exchange for penal benefits. Such system has been criticized due to the excesses of the prosecuting agents in obtaining such deals, what put into too much pressure the defendant and the defense. How is such behavior fiscalized and prevented?

JOSEPH CAPONE: §1º First, let me respond by saying that when you ask about criticism I am not sure about exactly what you mean. Occasionally you hear about a plea agreement between the government and a defendant. That seems very favorable to members of the public. They may not understand all the details that went into negotiating that plea agreement. So, I think overall there is probably less criticism over the process than you understand to be. Now, basically without the plea agreement process, it would be very difficult for us to do our jobs.

§2º There are different kinds of plea agreements. It is a contract

negociar os termos do contrato com o advogado do réu, dentro da lei. Além disso, não há muitas restrições sobre o que se pode acordar. Por exemplo, se o réu deseja cooperar para que ele tenha sua sentença minorada, então eu posso negociar com o réu o valor da sua cooperação. Que tipo de informação ele tem para dar ao governo que seja valiosa? Isso pode nos auxiliar a denunciar outras pessoas e pode beneficiá-lo ao ter a sua sentença reduzida. Muitas vezes, especialmente em organizações criminosas, os chefes têm feito um bom trabalho isolando-se daqueles que realmente cometem os crimes, as pessoas de baixo escalão na organização. Portanto, muitas vezes, para se chegar ao líder da organização, você tem que trabalhar subindo a cadeia escalonar. Talvez, a única forma de se denunciar totalmente o líder de uma organização criminal seja conseguir com que as pessoas abaixo dele e as mais próximas cooperem com a Promotoria, dando informações internas da organização. Nós sempre tentaremos conseguir algum integrante da organização.

§3º Os processos contra a máfia são bons exemplos em que os líderes das famílias mafiosas eram tão isolados dos crimes nas camadas mais baixas destas que tivemos que procurar muito para obter a cooperação daqueles mais próximos a eles. Uma maneira muito eficaz de se fazer isso é através da delação premiada no processo. Há aspectos desse processo que têm que ser regulados muito cuidadosamente, por exemplo, termos a certeza de que alguém que oferece cooperação é punido pelo que fez, mas é propriamente recompensado pela quantidade de cooperação que deu.

§4º Portanto, o que fazemos no sistema federal é revisar cuidadosamente os acordos realizados. Se eu, como Promotor de Justiça, desejasse entrar em um acordo de delação premiada de pena com um réu, então, eu escreveria todos os termos e faria as negociações com o advogado de defesa. Após, o acordo seria revisto por meus superiores no Departamento de Justiça. O propósito dessa revisão é para se ter certeza de que os acordos não sejam tão favoráveis, que eles sejam justos e que recompensem adequadamente o réu, mas que tenham um nível apropriado de punição. Também queremos ter a certeza de que os Promotores de Justiça estão negociando os acordos penais consistentemente, de forma que haja uma política única onde quer que esses acordos sejam negociados. Temos que ter uma consistência entre os Promotores de Justiça para que os réus e a Promotoria compreendam quais benefícios os primeiros podem obter e para que o processo ocorra de maneira justa. Então, esses acordos são revistos no Departamento de Justiça. Também os Juízes Federais têm o direito de aceitar ou recusar o acordo. Se um Juiz Federal acredita que o acordo não é justo, seja para o réu ou para o governo, então, ele tem discricionariedade de ignorá-lo e não o aceitar. Portanto, há várias fases de checagem no sistema, criadas para se ter certeza de que ele esteja ocorrendo de forma apropriada. A delação premiada é muito útil.

10ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Na sua opinião pessoal, o que você acha mais eficaz: um sistema rígido como o programa de tolerância zero adotado em Nova Iorque ou um sistema criminal que vise à diminuição da criminalização de algumas condutas, abordando somente os crimes mais graves?

JOSEPH CAPONE: §1º Não tenho familiaridade com aquele programa de Nova Iorque. O termo tolerância zero está frequentemente conectado com o chefe de polícia. Talvez, em uma cidade com alto índice de criminalidade, um chefe de polícia diria que a polícia praticaria tolerância zero, significando que eles serão bem agressivos contra as pessoas que cometem crimes.

§2º Sobre a questão de qual sistema seria mais eficiente, acho que em um sistema em que se têm recursos limitados, e eu estou falando hipoteticamente, você não pode denunciar todos os crimes do mesmo modo. Alguns crimes, obviamente, são mais sérios do que outros e requerem mais recursos. Outros são menos sérios e talvez não requeiram tantos recursos diretamente. No entanto, no nosso país, a polícia sempre discute crimes relacionados à qualidade de vida.

§3º Em outras palavras, em uma vizinhança em que há muito lixo, vícios em drogas ou bêbados nas esquinas causando pequenos problemas, se você conseguir se livrar desse tipo de atividade criminosa, isso faz com que a vizinhança fique mais viva, as pessoas fiquem menos temerosas de saírem de casa, faz com que as pessoas se preocupem e cuidem mais da vizinhança e isso tende a ter um efeito positivo na redução de crimes mais

and you can negotiate the terms of that contract with the lawyer for the defendant within the law. Other than that, there are not many restrictions on what you can agree to. For example, if the defendant wishes to cooperate, because he wants his sentence to be reduced, then, I can negotiate with that defendant for the value of his cooperation. What kind of information does he have to give to the government that is valuable? That can help us prosecute other people. That would benefit him in terms of having a reduced sentence. Many times, especially in criminal organizations, the people at the top have done a very good job of insulating themselves from where the crimes are actually committed on the bottom. So, often times, in order to get the highest-level person in the organization, you have to work your way up the chain. Maybe, the only way to fully prosecute the head of a criminal organization is to get those people under him and closest to him to cooperate with the Prosecutors and provide inside information. We often will try to seek an insider.

§3º The mafia prosecutions are good examples where the leaders of the mafia families were so insulated from the crime at the bottom of the organization that we had to seek out and obtain the cooperation from those closest to them. And one very effective way to do that is to plea bargain in the process. There are aspects of this process that have to be very carefully regulated, for example, you want to make sure that somebody who is offering cooperation is punished for what he did, but is properly rewarded for the amount of cooperation he gives.

§4º So, what we do in the federal system is to very carefully review the plea agreements. If I, as a Prosecutor wish to enter into a plea agreement with the defendant, then I would write it up with all its terms, negotiate it with the defense attorney. Then, it would be reviewed by my superiors in the Department of Justice. And the purpose of that review is to make sure that the plea agreements are not too favorable, that they are fair and properly reward the defendant but that they also have an appropriate level of punishment. We also want to make sure that the Prosecutors are consistently negotiating the plea agreements in a way that the policy is the same wherever these plea agreements are being negotiated. Thus, you have a consistency among the Prosecutors, so that the defendants understand what benefits they are getting, the prosecution understands what benefit they are getting and that it is carried out in a fair way. So, these plea agreements are reviewed within the Department of Justice. Also, our federal judges have the right to accept or refuse the plea agreement. If a federal judge believes that a plea agreement is not fair, either it is not fair to the defendant or it is not fair to the government, then the federal judge has the discretion to disregard the agreement and not accept it. So you have various checks in the system that are designed to make sure that it is properly carried out and it is very useful.

10ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: In your personal view, what would be more efficient: a rigid system like the zero tolerance program adopted in New York or a looser criminal system that focuses mainly on a smaller number of crime types, so that it punishes more severe crimes?

JOSEPH CAPONE: §1º I am not familiar with that program from New York. The term zero tolerance is often connected with the police chief. Perhaps in a city with a high crime rate a police chief would say that the police would have zero tolerance, meaning that they will be very aggressive against people who are committing crimes.

§2º About the question of which would be the more effective system, I think that when you have limited resources, I am only speaking hypothetically, you cannot prosecute every single crime the same way. Some crimes obviously are more serious than other crimes and require more resources. Some crimes are less serious and maybe do not demand as many resources directly. However, in our country, police officers often discuss quality of life-type crimes.

§3º In other words, if a neighborhood has a lot of trash, drug addicts or drunks on a street corner causing small problems, if you can get rid of that type of criminal activity it makes the neighborhood

sérios. Ouvimos os policiais falarem de crimes relacionados à qualidade de vida, então, se conseguimos nos livrar desses crimes menos ofensivos, pode-se ter um efeito positivo na vizinhança.

§4º Mas, eu acho que, acima de tudo, qualquer Promotor Estadual, Promotor Federal ou agência de investigação tem que utilizar seus recursos da melhor forma possível e isso frequentemente significa focar esses recursos nos crimes mais sérios primeiro.

11ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Nos Estados Unidos há dois sistemas de penalização máxima: a pena de morte e a prisão perpétua. Qual é a sua opinião a respeito da pena de morte? Pessoalmente, você acredita que ela tenha um efeito de deter a criminalidade?

JOSEPH CAPONE: §1º Primeiramente, gostaria de enfatizar que não falo em nome do Departamento de Justiça americano. Pessoalmente, eu concordo com a pena de morte para alguns crimes. O nosso sistema federal permite a pena de morte para alguns crimes e o estadual também, apesar de haver alguns estados americanos em que não há a pena de morte. É difícil falar sobre os efeitos da pena capital. Há muitos estudos nos Estados Unidos sobre a pena de morte e eu acho que os resultados são diversos. Não está muito claro que a pena de morte tenha um efeito preventivo. Pelo que eu entendo dos estudos que já li, não está claro. Um efeito que existe é que ela evita que aquela pessoa seja um réu reincidente.

12ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Você acredita que é uma boa alternativa?

JOSEPH CAPONE: §1º Minha opinião pessoal é a de que certos crimes são tão sérios que merecem a pena de morte. Falando de maneira geral, certos crimes, em razão da maneira como foram cometidos, merecem a pena de morte independentemente de a pena de morte ter ou não um efeito preventivo. Acho que isso é verdade e digo novamente, essa é a minha opinião pessoal.

§2º Independentemente do efeito preventivo que possa haver, alguns crimes são tão odiosos e terríveis que a pessoa deve receber a pena de morte. Na medida em que alguém pode ser um criminoso reincidente, então, se ele for condenado à pena de morte, obviamente, ele será impedido de cometer outros crimes. Se ele for condenado à prisão perpétua, pode voltar a cometer crimes na prisão, como ocorre com frequência, e, se ele receber a pena de morte, não mais cometerá crimes.

13ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Como ocorre o ingresso na carreira de Promotor de Justiça nos EUA? Há cursos preparatórios nesse sentido?

JOSEPH CAPONE: §1º Eu só posso falar sobre Promotores de Justiça Estaduais a partir da minha experiência limitada. Acredito que a maioria dos Promotores de Justiça Estaduais é eleita e tem tipicamente mandatos de quatro anos e, então, concorre à reeleição.

§2º Promotores de Justiça Federais são nomeados pelo Presidente da República. Os Procuradores-Gerais federais (US Attorneys) de cada distrito são nomeados pelo Presidente e referendados pelo Senado. Nosso Attorney-General, chefe de todo o Departamento de Justiça, é nomeado pelo Presidente e referendado pelo Senado. Os Promotores de Justiça de nível mais baixo no escalonamento, como eu, concorrem ao cargo da mesma forma que o fariam para qualquer emprego comum.

§3º No Brasil, para você se tornar um Promotor de Justiça, é necessário prestar concurso público. Nós não temos concursos como aqui. Não há uma escola de treinamento preparatório para se tornar um Promotor de Justiça. Existem atividades que podem ser feitas nas Faculdades de Direito que podem prepará-lo melhor para se tornar um Promotor de Justiça. Por exemplo, quando eu estava na faculdade, eu trabalhava o dia todo para um Juiz Federal como estagiário, então eu aprendi bastante sobre as leis criminais federais. Em outro semestre na Faculdade de Direito, trabalhei para o Promotor de Justiça Estadual local na Califórnia. Eu tinha muitas responsabilidades, mesmo como estagiário, porque me era permitido levar casos simples para serem julgados na corte, com a supervisão de um dos Promotores de Justiça, como parte do meu estágio.

become more alive, it makes people feel less scared to go out of their houses, it makes residents of the neighborhood care more about their surroundings and that tends to have a positive effect on reducing more serious crimes. You hear police officials speak of quality of life-type crimes, so if you can get rid of these lower level crimes, you can have a positive effect on the neighborhood.

§4º But I think overall any District Attorney or US Attorney or investigation agency has to utilize their resources in the best way they can and that often means trying to focus on the more serious crimes first.

11ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: In the US there are the most severe punishments: death penalty and life imprisonment. What is your personal opinion about death penalty? Do you believe that it has a deterrent effect on criminality?

JOSEPH CAPONE: §1º First, let me emphasize that I am not speaking on behalf of the U.S. Department of Justice. Personally, I agree with death penalty for certain crimes. Our federal system allows for the death penalty in certain crimes and our state system also allows for it in certain crimes, although there are states in our country that do not have the death penalty. It is hard to say about the capital punishment effects. There are a lot of studies in the US about death penalty and I think the results were mixed. I do not think that it is clear that death penalty has a deterrent effect. From what I understand from the studies I have read, it is not that clear. One effect it does have is that it keeps that person from being a repeat defendant.

12ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Do you believe that it is a good alternative?

JOSEPH CAPONE: §1º My personal belief is that certain crimes are so serious that they deserve the ultimate punishment. I think, generally speaking, certain crimes, because of the way they are carried out, deserve the ultimate punishment, but I think that it is true, and I must say again that it is my personal opinion, regardless of whether it has a deterrent effect.

§2º I think that independently of any deterrent effect it may have, some crimes are so hideous that the person should receive the ultimate punishment. To the extent someone could be a repeat offender then, if they receive the death penalty, obviously, they would be deterred in the sense that they would not commit any more crimes. If they are in prison for life, sometimes prisoners commit crimes in prison and if they receive the death penalty that person will not commit any more crimes.

13ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: How do people get a job as a Prosecutor in the US? Are there any preparatory courses with that purpose?

JOSEPH CAPONE: §1º I can only speak about state Prosecutors from my limited experience. I believe most state Prosecutors are elected and they serve typically a four-year mandate and they run for re-election.

§2º Federal Prosecutors are appointed by the President. The top Federal Prosecutor, for example, the US Attorney in each district is appointed by the President and confirmed by the Senate. Our Attorney General, who is head of the whole Justice Department is appointed by the President and confirmed by the Senate. The lower level Attorneys like me apply for the job much like the way you would apply for any job.

§3º I understand in Brazil to become a Prosecutor you have to take tests. We do not have tests like that. There is not a training school to prepare someone to become a Prosecutor. There are things you can do in Law School to make you better prepared to be a Prosecutor, for example, when I was in Law School I worked full time as an internship for a federal judge. So I learned a lot about federal criminal law. Another semester in my Law School I worked for the local Prosecutor, in California, a District Attorney. So, I had a lot of responsibility even as an intern there. And so I was allowed to handle simple cases in court

§4° Então, no nosso país, um estudante de Direito que deseja se tornar um Promotor de Justiça pode fazer certas coisas que o ajudam a se preparar. Também algumas pessoas depois de se formarem trabalham para Juízes e aprendem sobre lei criminal e observam casos na corte, sendo treinados desta forma.

14ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Qual é a duração do mandato de um Promotor Estadual eleito?

JOSEPH CAPONE: §1° Os mandatos duram quatro anos na maioria dos Estados. Um Promotor Estadual popular provavelmente será reeleito. Em Nova Orleans, Louisiana, por exemplo, Harry Connick, um famoso Promotor de Justiça, foi reeleito várias vezes antes de se aposentar.

15ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Há escolas de treinamento para o desenvolvimento continuado após o ingresso na carreira de Promotor de Justiça?

JOSEPH CAPONE: §1° Não tenho certeza se há cursos de treinamento para Promotores Estaduais. Para um Promotor Federal, há vários programas de treinamento. Para o Departamento de Justiça, há o Centro de Advocacia Nacional na Carolina do sul. É como se fosse um campus universitário pequeno dentro de um grande campus universitário, e eles são especializados em treinar Promotores Federais de todo o país.

§2° Os cursos são modulares, em tópicos. Por exemplo, há cursos sobre lavagem de dinheiro, fraude corporativa, fraude de seguros e terrorismo e eles tipicamente duram uma semana. Há também um treinamento em advocacia de tribuna para se aprender habilidades, por que levamos nossos casos a júris. Portanto, há habilidades especiais para se apresentar um caso na corte para um júri e temos treinamento dessas habilidades.

16ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Diante da recente notícia de diversas ações de quadrilhas que espalham terror no seio das grandes cidades como São Paulo, verifica-se que, no Brasil, vive-se um momento de grave crise na área de segurança pública. Quais são as sugestões que o senhor pode passar aos membros do Ministério Público brasileiro para melhorar o combate a este tipo de ação?

JOSEPH CAPONE: §1° É uma grande pergunta para um grande problema. Se os Promotores estiverem tendo uma dificuldade muito grande em chegar até os líderes da organização, uma das ações mais efetivas no nosso país com relação a isso é a delação premiada. Conseguir com que pessoas próximas àquele criminoso cooperem contra ele nos dá informação que é muito difícil de conseguir através de uma investigação externa. Se o problema é com relação a recursos, se o problema é que a organização tem muito dinheiro e com esse dinheiro eles podem comprar agentes públicos corruptos, armas ou bombas, os esforços para se identificar a fonte desses recursos e para se tentar tirar esse dinheiro de mãos criminosas pode dificultar muito as atividades de suas gangues.

§2° Em nosso país, vocês vão ver uma série de ações com o objetivo de identificar as propriedades provenientes das atividades das gangues e apreendê-las. Vocês vão encontrar nosso sistema de delação premiada, em que tentamos negociar informações e nos mover para cima no escalonamento da organização criminosa até chegarmos aos líderes das gangues, de forma que possamos oferecer-lhes denúncia, tentando reduzir o poder da organização. Eu não sei se isso funcionaria para vocês, por que não conheço a total extensão dos seus problemas, mas essas são algumas técnicas que tem funcionado com sucesso nos Estados Unidos.

with the supervision of one of the Prosecutors in the office. As a law student I was able to go to court and present cases before judges as a part of my internship.

§4° So a law student in our country who wants to be a Prosecutor can do certain things in school to help him prepare. Also some people after they graduate from law school go work for judges and they will learn criminal law and observe cases in court and be trained in that way.

14ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: How long is the mandate of an elected State Prosecutor?

JOSEPH CAPONE: §1° The terms last four years in most states, I believe. A popular State Prosecutor probably will be re-elected. In New Orleans, Louisiana, for example, Harry Connick, a famous Prosecutor was re-elected many times before he retired.

15ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Are there training schools for continuous development after you become a Prosecutor?

JOSEPH CAPONE: §1° I am not sure about training courses for District Attorneys. For a Federal Prosecutor there are various training programs. For the Justice Department, there is a National Advocacy Center in South Carolina. It is like a small college campus within a large college campus and they are specialized in training Federal Prosecutors from around the country.

§2° The courses are modular, by topics. For example, there are courses on money laundry, corporate fraud, securities fraud and terrorism and they typically last one week. There is also training on trial advocacy to learn trial skills, because we try our cases before juries, so there are special skills to present a case in court to a jury. Thus, we have training on how to prepare a case and to present it before a jury.

16ª PERGUNTA MPMG JURÍDICO: Brazil is undergoing a severe crisis in public security, especially after the recent news of the activity of criminal groups that have spread terror in São Paulo. What suggestions do you give to the Brazilian Public Ministry, so that it can combat organized crime in a more efficient way?

JOSEPH CAPONE: §1° That is a big question for a big problem. If the Prosecutors are having a hard time getting to the heads of the organization, one effective way that we have in our country for doing that is the plea agreement. Getting people close to that person to cooperate against that person provides inside information that is very hard to get from an outside investigation. If the problem is the resources, if the problem is that the organization has a lot of money and with the money they can buy corrupt public officials, guns or bombs, efforts to find the source of that money and take it away from them can make it much more difficult for them to carry out their gang activity.

§2° In our country you will see a lot of activities towards identifying property from gang activity, seizing and forfeiting it. You will find our plea bargain system where we try to negotiate and move up the ladder to the highest members of the gangs, so that we can prosecute them and try to reduce the gang's power and effectiveness. I do not know if this would work for you, because I do not know the full extent of your problem, but these are some techniques that have worked successfully in the United States.

TRADUÇÃO:

Alessandra de Souza Santos

Técnica do Ministério Público – Taquigrafia

Bacharel em Ciências Biológicas

Especialista em Leitura e Produção de Textos

Maria Amélia Brandão Szuster

Técnica do Ministério Público

Tradutora e Intérprete e Secretária Bilingue - ETIMIG

Especialista em Gestão Estratégica em Recursos Humanos Sociais

Especialista em Direito Social